

TEMPO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: IMPLICAÇÕES NO UNIVERSO FEMININO.

Cláudia Mara Niquini
Prof.(a) Assistente UFVJM

RESUMO

O presente artigo procura refletir a apropriação do tempo “livre” pela mulher contemporânea, debatendo a idéia de que, embora mudanças significativas tenham ocorrido no universo feminino nos últimos 50 anos, forjando novas identidades, papéis sociais e funções profissionais, ainda são tímidos os desdobramentos desse processo no domínio do lazer. Para tal, parte do significado e arranjo do tempo, especialmente na sociedade capitalista industrial, destacando seus valores funcionalistas em relação à primazia do trabalho e abordando, a seguir, a idéia de desenvolvimento e a discussão sobre mulheres e usos do seu “tempo”.

ABSTRACT

The present article looks for to reflect the appropriation of the “free time” for the contemporary woman, debating the idea of that, even so significant changes have occurred in the feminine universe in last the 50 years, forging new identities, social papers and professional functions, still are shy the unfoldings of this process in the domain of the leisure. For such, part of the meaning and arrangement of the time, especially in the industrial capitalist society, detaching its functionalists values in relation to the priority of the work and approaching, to follow the idea of development and the quarrel on sort and uses of its “time”.

RESUMEN

El presente artículo busca reflejar la apropiación del tiempo “libre” para el contemporáneo de la mujer, discutiendo la idea de ello, sin embargo los cambios significativos han ocurrido en el universo femenino en los últimos 50 años, forjando las nuevas identidades, papeles sociales y las funciones profesionales, siguen siendo tímidos los unfoldings de este proceso en el dominio del ocio. Para tal, parte del significado y arreglo del tiempo, especialmente en la sociedad industrial del capitalista, separando sus valores de los funcionalistas en lo referente a la prioridad del trabajo y acercándose, para seguir, la idea del desarrollo y la pelea en clase y aplicaciones de su “tiempo”.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Mas como é possível observar alguma coisa deixando à parte o eu?

De quem são os olhos que olham?

Em geral se pensa que o eu é algo como o balcão de uma janela
E contempla o mundo que se estende em toda a sua vastidão diante dele.

Logo: há uma janela que se debruça sobre o mundo.

Do lado de lá está o mundo; mas e do lado de cá?

Também está o mundo: que outra coisa queríamos que fosse?

Ítalo Calvino

O nome escolhido por Calvino para o personagem-narrador do seu livro que destacamos em epígrafe, chama-se Palomar. A escolha do nome decorre de intencional ironia, podemos desconfiar, pois o senhor Palomar é “todos os olhos” que observa as coisas próximas do seu cotidiano, fazendo de cada uma delas ocasião para reflexão e numerosos questionamentos. De maneira similar ao senhor Palomar, que escolhe os objetos do cotidiano para apreciar e pensar sobre o que está por trás de sua aparência, direcionamos nosso olhar através do aspecto tempo e tudo o que ele agrega, atentando-nos para as mulheres que se inserem neste contexto. O primeiro olhar.

Consideramos interessante ressaltar que a construção deste ensaio iniciou-se durante disciplina obrigatória do programa de Mestrado em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, onde tínhamos que vincular o objeto de estudo à perspectiva de desenvolvimento. O projeto encontra-se atrelado às mulheres e usos do tempo, e como (ou em que medida) a mulher contemporânea articula o seu “tempo livre”. Nesse sentido, nossa intenção é discutir algumas características do trabalho no capitalismo e traçar um breve histórico sobre a utilização do tempo neste contexto. A partir daí, abordar a perspectiva de desenvolvimento e as implicações da regulação sobre o uso do tempo para a desigualdade social. E finalizando, incorporar para a análise, as primeiras discussões sobre gênero, especificamente mulheres e a apropriação do lazer.

A RELEVÂNCIA DO TEMPO

Quando nos propomos a refletir sobre o *tempo* enquanto “objeto de estudo” ou ainda sobre “o problema do tempo”, o senso comum quase que impulsivamente se mostra duvidoso, em uma mistura de incômodo e ironia acerca da temática exposta. São questionamentos manchados pelo conhecimento comum, que tende a ver “as coisas” de forma superficial, como quem vê um grande rio e, julga, conhecê-lo em sua totalidade, sem ao menos pensar na nascente, considerando assim, desnecessário o exercício reflexivo a partir de tal.

É sensato lembrar que o problema do tempo foi objeto de intenso estudo de vários pensadores reconhecidos pela sabedoria e descobertas de suas respectivas épocas e áreas do conhecimento, dos quais podemos citar: Parmênides, Heráclito, Platão, Aristóteles, Isaac Newton, Kant, Hegel, Albert Einstein e tantos outros.

O conceito de tempo, no uso que fazemos dele, encontra-se em um alto nível de generalização e de síntese, que pressupõe um inestimável patrimônio social no que concerne aos métodos de mensuração das seqüências temporais e às regularidades que elas apresentam¹. Desde que existem homens, e certamente já em nossos ancestrais não humanos, a vida seguiu o mesmo curso, do nascimento até a morte, independente da vontade ou da consciência dos homens. Mas a ordenação deste processo, sob forma de correr dos anos, só se tornou possível a partir do momento em que os homens desenvolveram, para suas próprias necessidades, o símbolo regulador do ano.

O tempo dos relógios ilustra com simplicidade esse pertencimento do indivíduo a um universo onde existem numerosos outros seres humanos. Quando a atenção é focalizada nestes últimos, não demoramos a tomar consciência de uma característica da correlação indissociável, da vida coletiva e as das estruturas de cada indivíduo: a questão da relação entre a *coerção externa e coerção auto-imposta*. Todo homem está sujeito às coerções geradas pelo

¹ ELIAS, N. Sobre o tempo. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 1998. p.35.

convívio com seus semelhantes, pela estrutura, pelo contexto da sociedade e, finalmente, por necessidades individuais como a necessidade de comer, beber, ou que se origina da natureza externa, como as ligadas ao frio e calor. “A margem da decisão dos homens, suas liberdades, repousa no final das contas em sua possibilidade de controlar, o equilíbrio mais ou menos flexível, entre as diferentes instâncias onde provêm as restrições².” O homem contemporâneo não come por estar com fome, e sim porque as horas indicam que é o momento para tal. Os indivíduos moldados neste sentido aprendem desde a tenra idade que existe o tempo para comer, dormir, realizar as necessidades básicas e, inevitavelmente, deverão se enquadrar nesta organização.

Apesar da difusão de estudos, ainda existe dificuldade em encontrar informações sobre o aspecto tempo. O Brasil, desde 2001, passou a contar com alguma informação sobre o assunto, em razão da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad-Ibge) ter introduzido alguns questionamentos sobre a realização e tempo despendido com afazeres domésticos³. A base de informações deste ensaio são os primeiros estudos do Professor Economista Cláudio Salvadori Dedecca acerca do uso do tempo no capitalismo e as relações referentes a gênero e jornadas de trabalho.

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumprido⁴. Os campos em que podem atuar (mulheres e homens) são delimitados com bastante precisão pela mesma sociedade que define quem somos e como “melhor” devemos permanecer. A sociedade investe muito na *naturalização*⁵ deste processo.

A partir do momento que estes papéis passam a “pertencer” a “natureza feminina”, percebe-se o condicionamento imposto, e a instauração de uma situação que mascara a realidade. É de extrema importância compreender como a “naturalização” dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outros grupos minoritários constitui o caminho para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais e a dos detentores de maior poder aquisitivo⁶.

As desigualdades de gênero (e não as diferenças), naturalizadas, ao longo do tempo, foram socialmente construídas nessas sociedades regidas pelo poder patriarcal e por elas normatizadas e institucionalizadas. A desconstrução dessa naturalização dos papéis impostos a homens e mulheres não é somente uma tarefa das mulheres, mas uma atitude radical que exige a consciência e ação do todo, para as possíveis mudanças de padrões de comportamento e de “pré-definições” naturalizadas, garantido a oportunidade para ambos os sexos. Oportunidades reais que assegurem condições de desenvolvimento para todos os indivíduos⁷.

Isto posto, não fica difícil perceber que machos e fêmeas são prejudicados por esta dinâmica social “determinada” em que reside uma razão conveniente na face “oculta” do privilégio de ser macho, a face do capitalismo. Uma vez que no Campo das Ciências Sociais, tais discussões emergiram sobre os paradigmas marxistas, o respectivo ensaio se apropria deste campo teórico para suscitar a referida análise.

² ibidem p.22.

³ DEDECCA, A., C. *Tempo, trabalho e gênero*, Revista de economia Política, São Paulo, v. I, n. 27, p. 5-47, 2004.

⁴ SAFFIOT, H. *O poder do macho*. 1987.

⁵ ibidem p. 10.

⁶ SAFFIOT, H. *A mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*, 1976.

⁷ SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. 2000.

Marx⁸ constatou que o capitalismo, ao implementar a simplificação de funções através da maquinaria, possibilita meios de empregar outros membros da família do trabalhador. Sobre isso Marx⁹ nos apresenta que “a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros flexíveis”. Nessa perspectiva, o capitalismo substitui trabalhadores homens pela apropriação de forças de trabalhos suplementares, mulheres e crianças trabalhadoras.¹⁰

A incorporação da mulher no setor econômico estava (e permanece) pautada por estereótipos sociais que condicionam uma divisão sexual do trabalho, sendo-lhes restritas as oportunidades¹¹ necessárias para maior projeção e conquista de espaço e tempo.

BREVES CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO NO CAPITALISMO.

Tendo como pano de fundo as relações de trabalho a partir da obra marxista e seus estudiosos, pode-se perceber que o “desenvolvimento” humano esteve sempre associado ao trabalho e nele buscando seus fundamentos. Marx¹² discutiu que o marco da Indústria moderna é a reestruturação das formas produtivas através da revolução do instrumental de trabalho; apresenta como tal processo vem repercutir sobre o próprio trabalhador e sobre as formas de sua incorporação pela sociedade capitalista.¹³ A compulsoriedade criada pelo capitalismo através do trabalho e a submissão do homem a este trabalho destaca-se dentro da proposta de análise.

No capitalismo, essa submissão se faz à necessidade do consumo, a busca da renda para adquirir sempre algo a mais, que, na ausência da posse de bens/propriedades, obriga a população à venda da força de trabalho, extrapolando em diversos momentos a ordem da necessidade, ou mesmo mesclando com a própria vida (social, pessoal, familiar) sem sequer dar-se conta disto. Poderíamos reforçar uma nova compulsoriedade do trabalho no capitalismo, não somente expressa na violência ou na posse de terra, mas na obrigatoriedade da venda da força de trabalho imposta pelo não acesso (ou ao menos a oportunidade) à propriedade/patrimônio, ou seja, ao capital, em uma sociedade que priorizou o consumo.¹⁴

Se a obrigatoriedade do trabalho se torna compulsória, impositiva, algumas questões emergem quanto às condições que assinalam sua apropriação na atividade econômica. A partir daí, outro ponto relevante destaca-se para nossa análise: se refere ao processo de alocação do trabalho e suas implicações sobre o tempo de trabalho. Segundo Schumpeter¹⁵, as condições em que se exerce a ocupação são modificadas constantemente, em razão das mudanças na base técnica e organizacional para maior produtividade e se transformando em uma alavanca para a acumulação de lucros e valorização da riqueza. O maior rendimento do trabalho (acúmulo) se relaciona com o aumento da produtividade em uma mesma unidade de tempo, expressando, portanto, uma intensificação do ritmo em que ele se realiza. Complementando

⁸ MARX, Karl. *O capital*. 13.ed. v.1p.448

⁹ Ibidem p.449

¹⁰ cf. DURÃES, S.J. *Algumas considerações sobre a relação trabalho e gênero a partir dos escritos de K.Marx e F.Engels*. Argumentos, Montes Claros, v.1, n.1, p.27-41, 2004.

¹¹ Ibidem p.6

¹² MARX, Karl *O capital*. v.1, 1989.

¹³ DURÃES, S.J. *Algumas considerações sobre a relação trabalho e gênero a partir dos escritos de K.Marx e F.Engels*, Revista : Unimontes. 2004.

¹⁴ MARX, K. *Capítulo IV inédito de O capital*, 1985.

¹⁵ SCHUMPETER, J.A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

este pensamento Marx¹⁶ denominou essa situação como subsunção real do trabalho ao capital, colocando que essa capacidade do capitalismo de organizar trabalho desproveu o trabalhador do poder de controlar o tempo de trabalho, transferindo-o para a nova classe de homens responsáveis pela administração do processo produtivo.

A organização do capitalismo sobre o tempo de trabalho pode ser ilustrada na extensão da jornada de trabalho para além do período diurno regulado pelo sol e pelas estações do ano. O trabalho noturno passou a ser uma recorrência no capitalismo. Sob as ordens capitalistas passou a se estabelecer o ritmo e a extensão do tempo de trabalho.¹⁷

É sob a ótica da apropriação do trabalho e de seu tempo pelo capitalismo que se propõe a última característica aqui desenvolvida.

O aumento da intensidade e da extensão das jornadas de trabalho tropeça na necessidade de um período de descanso a ser realizado dentro da duração do dia; ponto que o capitalismo não consegue transformar: mesmo tendo desvinculado a duração da jornada de trabalho das condições naturais (dia/noite), não foi capaz de modificar a extensão do dia, permanecendo a duração de 24 horas. O avanço da máquina capitalista criou (e continua) uma tensão na distribuição do tempo entre seu uso para a reprodução econômica e sua utilização para a reprodução social, física e mental.¹⁸

Essa perspectiva abre a possibilidade de perceber o uso do tempo ao menos em duas dimensões: para a reprodução econômica e para reprodução social. O tempo para reprodução econômica envolve aquele destinado ao trabalho remunerado e o gasto com deslocamento para sua realização. O tempo para reprodução familiar e social incorpora, ao menos, as atividades de comando domiciliar, de lazer e de sono¹⁹. Ávila²⁰ propõe que o papel cumprido na reprodução social no meio das famílias articula-se com o tempo econômico para o processo de acumulação capitalista. Reforçando que um não se processa sem o outro, causando pressão sobre o tempo livre da população. Assim, buscamos perceber o tempo como fator fundamental para a perspectiva de desenvolvimento, entendendo-o como meio de propor alternativas para alguns problemas de acumulação capitalista e deslocar o pensamento para fora da lógica do mercado e da moeda.

REGULAÇÃO DO TEMPO E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO E A DESIGUALDADE.

A partir das considerações tecidas acerca do tempo, é possível perceber e esbarrar na complexidade do assunto e a tessitura da realidade social que estamos tratando.

O olhar a partir da História nos permite verificar que, no século XX, até a década de 70, foi um período caracterizado pela difusão de instrumentos de regulação e padronização da jornada de trabalho²¹. A partir dos anos 80, percebe-se o crescimento do desemprego, tomado como justificativa pelos governantes para permitir uma flexibilização da jornada de trabalho e

¹⁶ MARX, K. *Capítulo IV inédito de O capital*, 1985

¹⁷ DEDECCA, C. *Tempo, trabalho e gênero*. Revista de economia Política, São Paulo, v. I-27, 2004.

¹⁸ ALBARRACIN, J. *O trabalho doméstico e a lei do valor*, in N. Faria & M. Nobre, O trabalho das mulheres, São Paulo: SOF, 1999.

¹⁹ DEDECCA, C. *Tempo, trabalho e gênero*, Revista de economia Política, São Paulo, v. I-27, 2004. p.36

²⁰ ÁVILA, M.B. *O tempo e o trabalho das mulheres*, in A.A. Costa et alli, Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero, São Paulo: CUT, 2002.

²¹ cf. DEDECCA, C. *Racionalismo e Trabalho no capitalismo avançado*, 2000.

pressionar os sindicatos para estabelecerem estatutos menos restritivos. A jornada padronizada de trabalho vai perdendo importância e as jornadas em regime excepcional vão tomando projeção.²²

É possível comprar, em grandes centros, refeições ou cimento de madrugada. A ampliação das jornadas de trabalho encontra subsídio na população para a qual o consumo exacerbado passou a ser vendido como lazer²³. O funcionamento das atividades em horários especiais enquadra-se para uma população que conhece (ou não) uma ampliação do ritmo e da extensão do trabalho, e passa a ter um período curto (frequentemente finais de semana) para realizar-se pessoalmente (muitas vezes através do consumo) e efetivar suas compras de rotina.

O aspecto mais preocupante é a subordinação do tempo social ao tempo econômico, garantida pelo caráter compulsório do trabalho para a maioria da população. Sobre este aspecto, Chiesi²⁴ salienta que, do ponto de vista da condição pessoal ou individual, essa situação aparece, simbolicamente, para as pessoas, como dois relógios de ponto com funcionamentos diferentes e não compatíveis.

É válido que se defenda o controle do tempo social, apesar de o percurso do capitalismo desaproveitar esta possibilidade, à medida que, ao ampliar o tempo econômico ignoram-se os aspectos e as necessidades que contemplam o tempo para reprodução social.

Reportando novamente aos estudos elaborados pelo economista Cláudio Dedecca, com relação aos dados acerca do uso do tempo²⁵, estes demonstram que a trajetória recente do capitalismo parece não estar produzindo uma redução do tempo econômico e, apesar de toda parafernália eletroeletrônica que caracterizam os domicílios (mais abastados), pouco do tempo livre (fora do econômico) é gasto para reprodução social na organização familiar.

Identifica-se uma nova roupagem para a opressão e exploração do homem, tornando-se prisioneiro do tempo econômico, na medida em que, involuntariamente segue as normas postas pelo capital. Apesar de produzir instrumentos para facilitar e “aumentar” o tempo social da população (coberto de purpurina ou megabytes), torna-os escravos, como nas sociedades préteritas, naturalizando o processo; com isso, impede a oportunidade (incluindo o tempo para isto) de reflexão, de uma população ocupada em melhor distribuir seu tempo, um tempo submetido à constante busca da moeda e do que ela pode agregar.

Ser contra os mercados seria quase tão estranho como ser contra a convivência entre as pessoas (ainda que certas pessoas nos causem problemas ou até mesmo prejuízos). A liberdade de troca e transação é uma parte essencial das liberdades básicas.²⁶

Acontece que a rejeição da liberdade de participar de “atividades desvinculadas do âmbito econômico” é uma maneira de conformar ao cativo da mão-de-obra, e permitir enxergar somente as características oriundas do mercado. De modo semelhante, o não acesso aos mercados está entre as privações encontradas por inúmeras populações, e possui um papel básico na vida social destas.²⁷ A finalidade de ressaltar a contribuição do tempo social, muitas vezes negligenciada, não é negar a importância do mecanismo de mercado com todos os seus efeitos, inclusive o de gerar crescimento econômico; a tentativa aqui exposta propõe um modo mais crítico de ver o que acompanha o mercado, seja para defender ou instigar discussões.

²² Ibidem p.48

²³ Idem p.39

²⁴ CHIESI, A. *Sincronismi Sociali*, Bologna: Mulino, 1989.

²⁵ cf *Multinational Time Use Study* (MTUS) apud Dedecca (2003). Fisher, K & Layte, R.(2002) *Measuring Work-Life Balance and Degree of Sociability*, Working Paper 12, Essex: EPAG.

²⁶ SMITH apud SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*, 2000, P.21

²⁷ SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade* p.54

Em torno do desenvolvimento vale ressaltar que, além de medidas econômicas (inegavelmente existentes), é primordialmente importante levantar polêmicas referentes às peculiaridades do homem e de onde e como ele vive. Costa²⁸ traz considerações acerca do desenvolvimento mostrando que o desrespeito à diferença e a existência da exclusão interferem na condição de desenvolvimento de determinados grupos minoritários. Como decorrência, fortalece seu posicionamento acerca do desenvolvimento como “busca do bem estar socialmente definido em benefício da totalidade social em todos os seus aspectos.”²⁹

O grande desafio é reconhecermos as influências do sistema capitalista e que a necessidade de promover a geração de renda e o crescimento econômico ofusca a visão do que realmente importa no processo de desenvolvimento: a vida das pessoas. Se há romantismo neste pensamento, ele advém da tentativa de romper com as referências “naturalizadas”, e perceber que conforme as palavras de Godelier³⁰ “o paradoxo próprio das sociedades capitalistas é que a economia é a principal fonte de exclusão dos indivíduos, mas esta exclusão não os exclui apenas da economia”, podendo excluir as pessoas da própria organização e distribuição do tempo social na sua rotina.

A perspectiva aqui adotada de desenvolvimento é sob a forma de liberdades, estando relacionada, sobretudo, como observou Amartyan Sen³¹ “com a melhora de vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”. A lacuna entre a concentração exclusiva na riqueza econômica e um enfoque mais amplo sobre a vida que podemos levar, é uma questão fundamental na conceituação de desenvolvimento.³²

Deve ficar claro com a discussão precedente, que a visão adotada por Amartyan Sen³³ envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas condições pessoais e sociais (contextualmente influenciadas). A análise do desenvolvimento apresentada em sua obra considera as liberdades dos indivíduos os elementos constitutivos básicos, atentando-se para a expansão das capacidades das pessoas.

As implicações dessas informações para a análise da relação tempo, trabalho e gênero é que a privação de capacidades elementares pode refletir-se em significativos fenômenos como a limitação do tempo e a desigualdade entre os sexos sobre a jornada total de trabalho e o tempo despendido em diferentes atividades e atribuições.

A discussão sobre a jornada de trabalho, tempo e gênero extrapola as esferas econômicas. Dedecca³⁴ considera que nos países Europeus o uso diferenciado do tempo entre homens e mulheres casados e com filhos se faz na presença de políticas sociais abrangentes, que garantem, na maioria das situações, regime de horário integral nas escolas e creches para a população; a igualdade do uso do tempo econômico entre homens e mulheres acentuaria mais a diferenciação entre jornadas totais de trabalho segundo sexo, colocando as mulheres em situação ainda mais desfavorável.

²⁸ COSTA, J.B. *Tomando alhos por Bugalhos*: O Decanto Desenvolvimento do Norte de Minas. Montes Claros : Universidade Estadual de Montes Claros, 2004, Fórum sobre Desenvolvimento Social.

²⁹ *Ibidem* p.3

³⁰ GODELIER, M. *O enigma do dom*, 2001, p.8.

³¹ SEN, A.K. *Desenvolvimento como liberdade*, 2000, p.26

³² *Ibidem* p.28

³³ *Ibidem* p.57

³⁴ DEDECCA, C.S. *Tempo, trabalho e gênero*. Revista de economia Política, São Paulo, v.I-27, 2004.

Dedecca³⁵ traz mais detalhes acerca do assunto e ressalta um dado relevante, expondo que o menor tempo livre é observado para as mulheres e, em especial, para aquelas com filhos com até 15 anos. Como decorrência, é provável que para as mulheres a elevação do tempo econômico poderá representar redução do tempo livre (revertido em possível tempo social), se mantidas as atuais condições de organização do uso rotineiro do tempo.³⁶

O entendimento sobre o tempo econômico é fundamental para a menor diferenciação entre homens e mulheres no mercado de trabalho; entretanto, este entendimento deve levar em conta as demais formas de uso do tempo, que em geral, são adversas para as mulheres. Boa parte do que se conhece sobre as mudanças das jornadas de trabalho são referentes à geração de empregos ou a melhor utilização da capacidade produtiva, não fazendo menção de seus efeitos sobre as demais formas de utilização do uso do tempo.³⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise de trabalho observada na sociedade capitalista, nesses últimos 20 anos, tem reafirmado a necessidade de flexibilização das relações de trabalho como meio para a sua superação³⁸. A flexibilização da jornada de trabalho tende a produzir impactos crescentes entre as dimensões do uso do tempo, com uma visível desvalorização daquele voltado para a reprodução social³⁹.

Esta falta de sincronismo entre as dimensões econômica e social é cada vez mais visível. Os desequilíbrios sociais são crescentes e a discussão em torno do que realmente significa “desenvolver-se” vem à tona. É preciso pensar um cenário que compreenda, respeite e favoreça o conjunto da população e não apenas pequenos grupos. Por isso é importante contemplar a importância do desenvolvimento em uma perspectiva não somente econômica, mas social.

Nesse sentido, é preciso abordar o uso do tempo de modo mais abrangente, analisando suas diversas dimensões. Em especial, quando se trata do impacto na vida das mulheres, como conclui Dedecca⁴⁰ “a perda de vista desse movimento deve ratificar o masculino do mercado de trabalho e o feminino da organização familiar.”

Embora avanços significativos possam ser identificados nas condições sociais das mulheres nos dias de hoje, com a conquista indiscutível de liberdades e acessos, no confronto dos gêneros, as dissonâncias se amplificam, tomando por contornos sutis que, não raro, comportam mecanismos efetivos de hegemonia masculina.

Com outra roupagem social, mais sofisticada e discreta, mas essencialmente com o mesmo comportamento, as mulheres continuam tomando conta dos filhos, do marido e da casa, numa obsessão asséptica que, com as mesmas intenções de manutenção dos laços conjugais presentes nos 50⁴¹. A mulher está presa àquilo que “pertence” a “natureza

³⁵ Ibidem p.32

³⁶ ALBARRACIN, J. *O trabalho doméstico e a lei do valor*, 1999.

³⁷ ibidem p.33

³⁸ DEDECCA, 2000, p.24. Ele considera que a política de flexibilização possuem os defensores da flexibilidade da jornada de trabalho no argumento sobre a racionalização dos equipamentos na nova era tecnológica, e de outro com certa aceitação de sua flexibilização como instrumento de combate ao desemprego. “Ambas encontram-se aprisionadas a uma concepção do uso do tempo vinculada a lógica de maior eficiência microeconômica .”

³⁹ DEDECCA, C apud APPELBAUM, E. et alli, 2002 p .36

⁴⁰ DEDECCA, 2002, p.43

⁴¹ SANT’ANNA, D.B. *Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história de corpo no Brasil*. In: ____ (Org.). Políticas do corpo. 1995.

feminina”, faltando espaço, tempo e oportunidades para a existência da mulher indivíduo, com trabalho pago mais valorizado e tempo para reprodução social “existente” fora da jornada de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALBARRACIN, J. *O trabalho doméstico e a lei do valor*, in N.Faria & M. Nobre, **O trabalho das mulheres**, São Paulo: SOF,1999.

ÁVILA, M.B. *O tempo e o trabalho das mulheres*, in A.A. Costa et alli, **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero**, São Paulo: CUT, 2002.

CALVINO. **Palomar**. Tradução Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CHIESI, A. **Sincronismi Sociali**, Bologna: Mulino, 1989.

COSTA, J. B. Tomando alhos por Bugalhos: O Decantado Desenvolvimento do Norte de Minas. **Anais,Fórum de Desenvolvimento Social**(mimeo).Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2004.

DEDECCA, C. Absorção de mão de obra e qualificação. *Revista de economia Política*. São Paulo : Editor 34, 2002.

_____**Racionalização e Trabalho no Capitalismo Avançado**, Campinas: IE/Unicamp, 2002.

_____.*Tempo, trabalho e gênero*, **Revista de economia Política**, São Paulo, v.I.

DURÃES,S.J. *Algumas considerações sobre a relação trabalho e gênero a partir dos escritos de K.Marx e F.Engels*.**Argumentos**, Montes Claros,v.1,n.1,p.27-41,2004.

ELIAS,N. **Sobre o tempo**,Rio de Janeiro:ed.Jorge Zahar,1998.

GODELIER ,M. O enigma do dom, trad. Eliana Aguiar.Rio de Janeiro :Civilização Brasileira, 2001.

MARX, K. **O capital**.13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 9.v.1,1989.

_____**Capítulo IV inédito de O capital**, São Paulo:Ed. Moraes,1985.

SANT’ANNA,D.B.Cuidados de si e embelezamento feminino:fragmentos para uma história de corpo no Brasil.In:_____(Org.).**Políticas do corpo**.São Paulo:Estação Liberdade, 1995.

SAFFIOT,H. **A mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**, São Paulo:Editora Vozes,1976.

_____ **O poder do macho** .São Paulo: Editora Moderna,1987.

SCAVONE, L.Engels e a desigualdade dos sexos: impasses do feminismo no marxista.In: Coggiola, Osvaldo (Org) **Marx e Engels na História**.São Paulo:Xamã,1996.

SCHUMPETER,J.A. **Capitalismo,Socialismo e Democracia**, Rio de Janeiro: Zahar,1984.

SEN, A.K. **Desenvolvimento como liberdade** .São Paulo:Cia das Letras,2000.

Endereço Residencial: Rua Serra do Cipó, n°91, Morada da Serra, Montes Claros (MG), CEP. 39.401.768

Endereço Eletrônico: cauniquini@yahoo.com.br